

André Corrêa 19.1.99



MIRO TEIXEIRA: "DUVIDO QUE ALGUÉM RETIRE O NOME DE UMA CPI COMO ESSA, QUE TEM UM FORTE CARÁTER POLÍTICO DE UM MOVIMENTO POPULAR"

Tudo pronto para a CPI

Olimpio Cruz Neto
Da equipe do **Correio**
Com Agência Estado

O governo terá que correr agora atrás do prejuízo. Depois de muito mistério, o PT e as oposições anunciaram ontem uma lista parcial com o nome de 174 deputados e 27 senadores que apóiam a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, encarregada de investigar denúncias de corrupção no governo federal. A oposição ainda guarda na manga um trunfo: o nome de mais 11 deputados que assinaram o requerimento, mas pediram o sigilo até que o pedido de CPI seja apresentado às mesas da Câmara e Senado.

A estratégia da oposição é constranger os parlamentares que já assinaram, evitando que recuem por pressão do Palácio do Planalto. A instalação da CPI da Corrupção precisa ter 171 assinaturas na Câmara e 27 no Senado. A oposição já marcou para a próxima quarta-feira a entrega do requerimento da CPI da Corrupção. Deverão ainda ocorrer atos políticos na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em apoio à iniciativa. Os dois organismos da sociedade civil defendem a instalação imediata da CPI.

O temor de que o governo jogue pesado para retirar as assinaturas e esvazie o movimento não assusta alguns dos líderes oposicionistas. "Duvido que alguém retire o nome de uma CPI como essa, que tem um forte caráter polí-

A BANCADA DO DF

QUEM ASSINOU

NA CÂMARA

- Agnelo Queiroz (PC do B)
- Geraldo Magela (PT)
- Pedro Celso (PT)

NO SENADO

- Lauro Campos (sem partido)

QUEM NÃO ASSINOU

NA CÂMARA

- Alberto Fraga (PMDB)
- Maria de Lourdes Abadia (PSDB)
- Pastor Jorge (PMDB)
- Paulo Octávio (PFL)
- Wígberto Tartuce (PPB)

NO SENADO

- José Roberto Arruda (sem partido)
- Valmir Amaral (PMDB)

tico de um movimento popular", afirmou o líder do PDT na Câmara, deputado Miro Teixeira (RJ). "Essa é uma forma de pressionar deputados e senadores para que não retirem suas assinaturas do requerimento, permitindo que seja instaurado o processo de investigação", comentou o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE). A lista com o nome dos parlamentares que querem a CPI está nas páginas do PT e PDT na Internet (www.informes.org.br e www.pdt.org.br).

A decisão de divulgar a lista com os nomes dos deputados e senadores a favor da CPI da Corrupção foi tomada na quinta-feira pelos principais líderes do PT. O PDT não foi consultado, mas não vê qualquer problema na iniciativa. "O importante é que a opinião pública saiba que as investigações serão feitas para apurar as denúncias de corrupção no governo", comentou Miro.

Da bancada do Distrito Federal na Câmara e no Senado, apenas quatro parlamentares de oposição assinaram: os deputados Agnelo Queiroz (PC do B), Geraldo Magela e Pedro Celso — ambos do PT —, e o senador Lauro Campos (ex-petista que agora está sem partido). Os outros deputados e dois senadores (veja quadro) seguiram a orientação do governo federal e não assinaram o pedido em apoio à CPI.

A grande maioria das assinaturas é de parlamentares ligados à oposição. Mas existem também apoios de integrantes da base governista: dois deputados do PSDB apóiam a CPI, assim como 23 deputados e oito senadores do PMDB e 11 deputados e três senadores do PFL.

O requerimento da CPI defende a investigação de 16 irregularidades na administração pública, incluindo o desvio de recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Departamento Nacional de Estradas de Roda-

gem (DNER). Os dois primeiros órgãos foram extintos pelo governo federal na quarta-feira passada. As fraudes nos dois primeiros órgãos superam R\$ 4 bilhões. O DNER também está com seus dias contados, de acordo com projeto de lei em tramitação no Senado, e deve ser substituído pela Agência Nacional de Transportes e por um Departamento de Infra-Estrutura de Transportes Terrestres.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Além das investigações nos três órgãos, a CPI deverá investigar, entre outras denúncias, a suspeita de tráfico de influência exercida pelo ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e o chamado Dossiê Cayman, que apontaria a remessa de divisas para as Ilhas Cayman em favor do ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta. Os dois casos têm como objetivo envolver o coração do governo Fernando Henrique. Eduardo Jorge e Sérgio Motta eram auxiliares próximos do presidente.

Também está na mira da CPI a privatização da Telebrás, a distribuição de verba publicitária pela Secretaria de Comunicação da Presidência e o desvio de recursos do Banpará a partir de 1984. Este último caso supostamente teria beneficiado o presidente do Senado, Jader Barbalho. Ele teria sido beneficiado indevidamente, em 1984, com recursos de aplicações financeiras do banco estadual, quando era governador do Pará.